

18.472.754/0001-00

RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI

Rua Pirapetinga, 697
B. Serra - CEP 30220-150

BELO HORIZONTE - MG
AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
CONSELHEIRO LAFAIETE/MG

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 004/2021
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º. 001/2021
RP 001/2021
MODALIDADE: Concorrência Pública
TIPO: Menor Preço por Lote
REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço Unitário
Sistema de Registro de Preços
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.027.001.17.512.0018.2184.3.3.90.39.00.00 Ficha 666 Fonte 100 e 02.027.001.17.512.0018.2184.3.3.90.39.00.00 Ficha 665 Fonte 108 - crédito orçamentário da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete
OBJETO: contratação, com a utilização do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada para prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos e transporte até destinação final o Aterro Sanitário Regional - ECOTRES, e fornecimento de contêineres para disposição de resíduos sólidos, no Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com especificações, quantitativos e condições contidos nos Anexos I e II, integrantes do Edital.

IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA RELATIVA AO EDITAL

RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 18.472.754/0001-00, com sede na rua Pirapetinga, 697, Serra, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.220-150, endereço eletrônico: rafael@gruporg.eng.br, telefone: 31 3589-3900, neste ato representadas pelo seu titular, Sr. RAFAEL ÁLVARES GUIMARÃES, brasileiro, engenheiro civil, portador do documento de identidade n.º M-8.335.065, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 065.545.796-80, vem, respeitosamente, com fulcro no art. 5º, inciso XXXIV, alínea 'a', da Constituição da República/88, e no nos termos dos §§1º e 2º do artigo 41 da Lei nº 8.666/93, bem como **item 12.1 E 12.2 do edital**, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** ao Instrumento Convocatório que rege a aludida Concorrência, com supedâneo nas razões alinhavadas a seguir.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme se observa do item 12.1 E 12.2 do instrumento convocatório e §1º do art. 41 da Lei 8.666/93, qualquer licitante poderá apresentar impugnação aos termos do edital com antecedência de até **2 (dois)** dias úteis à data prevista para abertura dos envelopes.

Neste aspecto, tendo em vista que a abertura dos envelopes está prevista para o dia 04/03/2021, a apresentação de impugnação pode ser feita até o dia 02/03/2021.



Tendo a presente medida sido protocolizada dentro da data acima mencionada, resta incontestável o atendimento, por parte da Impugnante, dos pressupostos extrínsecos à interposição do presente recurso.

Passa-se, pois, à análise dos pressupostos intrínsecos à revisão que ora se propõe.

II – DA LIMITAÇÃO DE TEMPO PARA ACEITAÇÃO DOS ATESTADOS DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E EXIGÊNCIA ACIMA DOS 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO SERVIÇO A SER EXECUTADO - ILEGALIDADE

Estabelecem os itens 6.2 do Termo de Referência e 7.5.2 do Edital em análise:

“6.2 A Qualificação Técnica deverá ser comprovada mediante a apresentação de no mínimo 1(hum) atestado de capacidade técnica, que comprove o quantitativo mínimo de 50%(cinquenta por cento) da média anual prevista em tonelada de resíduo por ano, emitido por qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante executado serviço compatíveis, de mesma natureza, com o objeto desta Licitação, **no período mínimo de 12 (doze) meses.**

- Média Anual Total: 25.200t

- 50%(cinquenta por cento) da média anual: 12.600t”

“7.5.2 - A Qualificação Técnica deverá ser comprovada mediante a apresentação de no mínimo 1(hum) atestado de capacidade técnica, que comprove o quantitativo mínimo de 50%(cinquenta por cento) da média anual prevista em tonelada de resíduo por ano, emitido por qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante executado serviço compatíveis, de mesma natureza, com o objeto desta Licitação, **no período mínimo de 12 (doze) meses.**

- Média Anual Total: 25.200t

- 50% (cinquenta por cento) da média anual: 12.600t” (grifos nossos)

Referida exigência, porém, apresenta dois impedimentos jurídicos relevantes e que restringem a ampla concorrência de forma excessiva.

O primeiro impedimento se refere à criação de uma limitação temporal mínima, ou seja, um período mínimo de execução dos serviços objeto do edital, o que entra em conflito com a legislação em vigor.

O segundo impedimento se refere à exigência de tempo que supera o limite de quantitativo de 50% (cinquenta por cento) estabelecido pelo TCU como razoável para se exigir em fase de habilitação técnica.

Com efeito, se o período de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses (cláusula. 20.1 do edital), mesmo que se admitisse a restrição temporal, somente se poderia exigir a comprovação de prestação de serviços similares pelo período de até 6 (seis) meses.



já que a recomendação contida na súmula 263 do TCU se refere à razoabilidade de todas as exigências do processo licitatório que identifiquem uma forma de “quantidade”.

Assim, cabe registrar que as exigências de atestados com prazo mínimo de DURAÇÃO dos serviços e em QUANTIDADE DE TEMPO equivalentes a 100% (cem por cento) do objeto do edital, são restrições temporais vedadas por lei.

Nesse sentido, dispõe o **inciso XXI do artigo 37 da CR/88**, *verbis*:

“Art. 37. *omissis*

(...)

XXI. ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**”

Por seu turno, regulamentado o comando constitucional supra, determina o inciso II do artigo 30 da Lei nº 8.666/93, *in litteris*:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica **limitar-se-á a:**

II – comprovação de aptidão de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§5º É VEDADA A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE OU DE APTIDÃO COM LIMITAÇÕES DE TEMPO OU DE ÉPOCA OU AINDA EM LOCAIS ESPECÍFICOS, OU QUAISQUER OUTRAS NÃO PREVISTAS NA LEI, QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.” (g. n.)

Ao que se deduz dos dispositivos normativos transcritos, o legislador constitucional, seguido pelo ordinário, colimando resguardar a maior competitividade possível no processo de licitação, de maneira a viabilizar à Administração Pública efetivamente contratar com a melhor proposta, estabeleceu alguns limites quanto às exigências relativas à documentação necessária para habilitação.

E, ao limitar a faculdade dos Administradores quanto às exigências editalícias, o legislador nada mais fez do que assegurar o efetivo cumprimento dos princípios gerais contidos no artigo 3º da Lei nº 8.666/93 (aplicável ao caso por força do art., a saber:

“Art. 3.º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a **selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

§1º É vedado aos agentes públicos:





I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão de naturalidade, de sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.”

Note-se, portanto, que a exigência aqui combatida (que estabelece um **prazo mínimo** de execução de serviços não inferior a **doze meses – tempo total de validade da Ata de Registro de Preços**) não se conforma com os limites preconizados no inciso II do artigo 30 da Lei nº 8.666/93. Destarte, como a referida legislação enumera, de maneira taxativa, quais os requisitos que poderão ser requeridos como condição de validade para os malsinados atestados, afigura-se ilegal o item sob impugnação.

Não se nega, segundo os comandos normativos invocados, a legalidade do requerimento dos indigitados atestados de capacidade técnica. Entretanto, entende-se que houve uma restrição temporal vedada por lei e uma exigência exorbitante (acima de 50%), data máxima vênua.

Neste sentido, cita-se a farta jurisprudência do TCU sobre o tema de limitação temporal:

“É irregular estabelecer limitação temporal para aceitação dos atestados de realização de serviços utilizados na avaliação da proposta técnica dos licitantes.” (TCU / Acórdão 2172/2005 – Plenário, Data da sessão: 07/12/2005, Relator: AUGUSTO SHERMAN)

Não menos relevante, cita-se a **súmula 263 do TCU** sobre a questão de proporcionalidade e razoabilidade dos quantitativos exigidos:

“SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”

A questão encontra-se **pacificada**, atualmente, no âmbito da Jurisprudência das Cortes de Contas, tendo sido inclusive **sumulada** pelo **Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, que limitou a experiência anterior ao quantitativo equivalente a 50% (cinquenta por cento) da execução pretendida, *in verbis*:

“Súmula nº 24 – Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”



Neste sentido, merece referência o escólio de Antônio Roque Citandí, *in verbis*:

“A Administração pode fazer exigência de limites mínimos, mas estes devem estar dentro de um parâmetro que lhe permita aferir a capacidade do licitante para executar o objeto. Não pode, porém, valer-se somente de dados de execução, vindo a exigir dos interessados que comprovem ter executado contratos em quantidades iguais às que pretende contratar.”

Com efeito, a Impugnante registra a ausência de razoabilidade de se exigir a experiência prévia de execução de contrato de duração de 12 (doze) meses ao caso em tela, que se refere a registro de preços com VALIDADE de 12 (doze) meses, eis que está se exigindo o cumprimento de requisito temporal igual ou superior ao **potencial** INTEGRAL de eventual contrato.

Oportuno destacar que o período de execução do contrato se equivale a qualquer outro quantitativo, sendo “Tempo” apenas uma unidade de medida, tal como tonelada, não sendo razoável que se entenda que algumas quantidades tenham uma restrição de 50% (cinquenta por cento) e outras não tenham nenhuma.

A lógica da questão pode ser observada pelos exemplos extremos, pois, seria óbvio que não se poderia exigir a execução de um contrato por período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, em uma licitação com expectativa de contratação por apenas 12 (doze) meses, pois seria uma exigência sem razoabilidade e desproporcional.

Neste aspecto, uma empresa que executou serviços de limpeza urbana pelo período de 6 (seis) meses, deve ser considerada para executar um serviço com duração de 12 (doze) meses, tal como uma empresa que executou um serviço de coleta com média anual de 12.600 toneladas é considerada apta para executar um contrato com média anual de coleta de 25.200 toneladas.

Destarte, entende-se demonstrada a inadequação das exigências em comento, visto ultrapassar os limites prescritos nos artigos 30 da Lei nº 8.666/93 e, por consequência, o **inciso I do artigo 37 da CF/88**, de sorte que se requer a alteração da cláusula editalícia para que se **retire** a restrição de “período mínimo de execução” dos serviços que serão objeto de comprovação pelos atestados de qualificação técnica.

Caso assim não se entenda, requer seja a restrição adaptada aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, **de forma que a quantidade de período mínimo se limite a 50% (cinquenta por cento) do objeto licitado, admitindo-se a comprovação da qualificação técnica com a apresentação de atestados com período mínimo de execução de 6 (seis) meses ou menos.**



III - DA EXIGÊNCIA DE QUANTITATIVO COM BASE NA DEMANDA ANUAL DO MUNICÍPIO

Ainda em relação aos itens 6.2 do Termo de Referência e 7.5.2 do Edital, observa-se que é realizada a exigência de quantitativo, com base média anual prevista em tonelada de resíduo por ano do município:

“6.2 A Qualificação Técnica deverá ser comprovada mediante a apresentação de no mínimo 1(hum) atestado de capacidade técnica, que comprove o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) da média anual prevista em tonelada de resíduo por ano, emitido por qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante executado serviço compatíveis, de mesma natureza, com o objeto desta Licitação, no período mínimo de 12 (doze) meses.

- Média Anual Total: 25.200t

- 50% (cinquenta por cento) da média anual: 12.600t”

“7.5.2 - A Qualificação Técnica deverá ser comprovada mediante a apresentação de no mínimo 1(hum) atestado de capacidade técnica, que comprove o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) da média anual prevista em tonelada de resíduo por ano, emitido por qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa licitante executado serviço compatíveis, de mesma natureza, com o objeto desta Licitação, no período mínimo de 12 (doze) meses.

- Média Anual Total: 25.200t

- 50% (cinquenta por cento) da média anual: 12.600t” (grifos nossos)

Não obstante, observa-se que o tipo de serviço em questão possui a sua complexidade, forma de operação e medição, vinculadas estritamente ao período **mensal**, consoante se observa de várias disposições do Edital que indicam de forma clara que o serviço será medido **mensalmente, conforme exemplifica o item 5 do Termo de referência:**

“5.0 MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 As unidades utilizadas para o pagamento de cada item dos serviços prestados serão realizadas mensalmente de acordo com a medição do item, considerando-se os serviços executados no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.

5.2 Para o Item 1 somente serão pagos os serviços executados constantes nos tickets do Aterro Sanitário Regional - ECOTRES.

5.3 Para o Item 2 somente será pago o montante calculado em m³ das unidades de contêineres solicitados em ORDEM DE SERVIÇO do referido mês.

5.4 Para cada item as medições deverão ser realizadas pela Contratada e conferidas e aprovadas por equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao período de abrangência da medição considerada.”

Aliás, pode-se observar, claramente, que as escalas e forma de distribuição do serviço (**anexo II do Termo de Referência – “Rotas Atuais”**) estão todas restritas ao módulo mensal ou período inferior, com o estabelecimento de jornadas e rotas durante a semana e por períodos do dia.

Inclusive, é oportuno destacar que TODOS os serviços referentes aos lotes são realizados todos os meses, inexistindo um mês em que é executado um serviço diferente ou em que são demandados mais caminhões, ou mão de obra.



Em suma, trata-se de serviço medido e remunerado por mês, pelo que uma empresa que executou 10 meses ou 6 meses o serviço estão igualmente habilitadas para prestar os serviços em questão, caso demonstrem a capacidade equivalente a 50% do quantitativo MENSAL expressado pelo município.

Neste contexto, até mesmo para estipular os quantitativos mínimos de serviços de natureza continuada, é importante se estabelecer um critério que se compatibilize com necessidade de se assegurar a prestação de serviço de qualidade e a de atingir a melhor proposta possível, ampliando a concorrência.

No caso em tela, observa-se claramente que se encerra um ciclo completo de medição **mensalmente**, sendo este o critério de remuneração da empresa contratada, bem como o período de avaliação a ser considerado pela Fiscalização do contrato e o utilizado para gerenciamento da mão de obra contratada.

Além disso, note-se que a complexidade de rotas e gerenciamento da logística se restringe ao módulo semanal, jamais ultrapassando o período de um mês.

Assim, se a habilidade técnica da empresa em entrar o objeto do serviço pode ser aferida **mensalmente**, os quantitativos mínimos devem ser adequados para esse módulo, até mesmo para se ampliar a concorrência saudável e viável.

Desta feita, pede para que seja adequada a redação do item em questão, para que se admita a habilitação de empresas que comprovem a execução de serviço similar, com a Coleta e transporte de Resíduos Sólidos, **na quantidade de 1.050 t/mês, que equivale a 50% da demanda mensal do município, conforme termo de referência.**

IV) DO PEDIDO

Ex positis, a Impugnante requer o acolhimento da presente impugnação para que sejam corrigidos os itens do edital questionados, quais sejam: i) módulo de avaliação dos quantitativos, que se entende que deve ser mensal e não anual; ii) remoção da exigência temporal do atestado de comprovação de execução do serviço licitado (ou similar) ou sua adequação para que a exigência se limite a 50% (cinquenta por cento) do período de expectativa de duração de eventual contrato a ser firmado após a tomada de preços.





Além disso, pede que sejam respondidos os esclarecimentos realizados de forma apartada pela empresa, em especial os referentes à interpretação das exigências do edital e a aceitação de itens similares.

Nestes termos, pede deferimento.


De Belo Horizonte/MG para Conselheiro Lafaiete/MG, 16 de fevereiro de 2021.



RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI
RAFAEL ÁLVARES GUIMARÃES

CPF: 065.545.796-80 – TITULAR

18.472.754/0001-00
RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI
Rua Pirapetinga, 697
B. Serra – CEP 30220-150
BELO HORIZONTE – MG




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTILHA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1752424558

NOME

RAFAEL ALVARES GUIMARAES

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF

MB335065 SSP MG

CPF

065.546.796-80

DATA NASCIMENTO

29/08/1985

PLACAÇÃO

FABIO PEREIRA GUIMARAES

ROSANGELA ALVARES GUIMARAES

PERMISSÃO

00000000000000000000000000000000

ACC

00000000000000000000000000000000

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO


03055532501

VALIDADE

08/11/2023

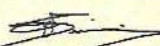
1ª HABILITAÇÃO

13/10/2003



OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR



LOCAL

VITORIA, ES

DATA EMISSÃO

13/11/2018

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

80706056008

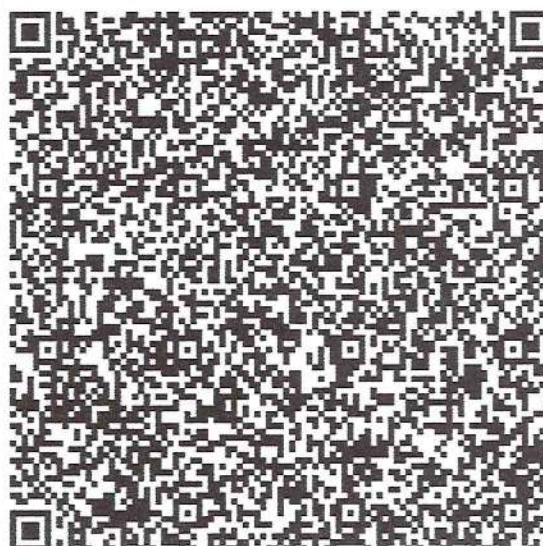
ES353525456

ESPÍRITO SANTO

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31600065842

Código da Natureza Jurídica

2305

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MGN2065346968

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

BELO HORIZONTE

Local

21 Julho 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐

☐

☐

☐

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7928389 em 22/07/2020 da Empresa RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, Nire 31600065842 e protocolo 204241324 - 20/07/2020. Autenticação: 656CB4EE39392435779322F1DA139BE1F0237D41. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/424.132-4 e o código de segurança K3HZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/424.132-4	MGN2065346968	17/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
065.545.796-80	RAFAEL ALVARES GUIMARAES



NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA INDIVIDUAL DE
RESPONSABILIDADE LIMITADA
RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI
CNPJ: 18.472.754/0001-00
NIRE: 3160006584-2

Rafael Álvares Guimaraes, nacionalidade brasileira, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro Civil, nascido aos 29 de agosto de 1985, portador do documento de identidade nº M-8.335.065, órgão expedidor SSP/MG, e do CPF sob o nº 065.545.796- 80, residente e domiciliado na Rua Nova Era, nº 152, Bairro Sion, CEP 30315-380, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, denominada RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, regularmente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 3160006584-2, em 05 de julho de 2013, e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 18.472.754/0001-00, resolve promover a nona alteração contratual e consolidar o contrato social, em conformidade com a Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro, como segue:

I – DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Fica aumentado o capital social em R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais), mediante incorporação de:

- Conta Reservas de Lucros no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais);
- Equipamentos no total de R\$ 895.000,00 (oitocentos e noventa e cinco mil reais) , a seguir discriminado: 01 (um) implementos compactador de lixo marca Planalto Megalix 15m3 acoplado no veículo VW/17.280 placa QQN-4673 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); 05 (cinco) implementos compactador de lixo marca Usimeca 15m3 acoplado nos veículos VW/17.280 placas QQA-7358, QQA-7352; QQA-2531; QQI-5581 e QQI-5612 no valor unitário de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), perfazendo total de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais); 05 (cinco) implementos compactador de lixo marca Planalto Megalix 15m3 c/Lift acoplado nos veículos VW 17.280 placas QUJ-1509, QUJ-1485; QUK-9405, QUP-5846 e QUX-7770 no valor unitário de R\$ 45.0000,00 (quarenta e cinco mil), perfazendo total de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) e 01(um) implemento compactador de lixo marca Usimeca Beta 15m3 c/lift acoplado ao veículo VW/17.180 placa QUP-5846 no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);



- Imóveis no total de R\$ 1.735.000,00 (um milhão, oitocentos e trinta e cinco reais), a seguir discriminado:

Lote 15 da quadra 04, do loteamento Alphaville Jacuhy, com área total de 505,76 m², situado a Rodovia BR 101, distrito de Capira, no município de Serra, no Estado do Espírito Santo, matrícula sob o número 59589, do livro 2, cartório Primeiro Ofício, no valor de R\$ 867.500,00 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais); e

Lote 16 da quadra 04, do loteamento Alphaville Jacuhy, com área total de 505,76 m², situado a Rodovia BR 101, distrito de Capira, no município de Serra, no Estado do Espírito Santo, matrícula sob o número 59590, do livro 2, cartório Primeiro Ofício, no valor de R\$ 867.500,00 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais);

- E subscrição e integralização em moeda corrente do país no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais).

Parágrafo único: Mediante o aumento acima, o capital social passar a ser de 12.000.000 (doze milhões de quotas), no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI

CNPJ: 18.472.754/0001-00

NIRE: 3160006584-2

Rafael Álvares Guimaraes, nacionalidade brasileira, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro Civil, nascido aos 29 de agosto de 1985, portador do documento de identidade nº M-8.335.065, órgão expedidor SSP/MG, e do CPF sob o nº 065.545.796- 80, residente e domiciliado na Rua Nova Era, nº 152, Bairro Sion, CEP 30315-380, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, denominada RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, regularmente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o nº 3160006584-2, em 05 de julho de 2013, e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 18.472.754/0001-00, regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A empresa tem como nome empresarial de **RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI**.

Parágrafo Único: Adota como nome fantasia **RG EMPREENDIMENTOS**.



CLÁUSULA SEGUNDA – A empresa tem como objeto social: construção civil e correlata do ramo, prestação de serviços de engenharia civil, elétrica, mecânica, ambiental, limpeza e conservação de ruas, logradouros, coleta de resíduos não perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, coleta de resíduos perigosos em qualquer estado físico, sólido, líquido, pastoso, granulado, etc., gestão e operação de aterros sanitários, aterros de resíduos de construção e demolição, estações de transferência e armazenamento temporário de resíduos perigosos e não perigosos, incorporação de imóvel, locação de mão de obra temporária, equipamentos e serviços de terraplanagem, locação de máquinas e equipamentos com e sem condutores, tais como caminhões, vans, munck, guindaste, escavadeira, motoniveladora, retroescavadeira, rolo compactador e veículos, edificações, saneamento infraestrutura urbana, aluguel de imóveis próprios, residenciais e não residenciais compra e venda de imóveis próprios, residenciais e não residenciais, execução de escavações diversas para construção civil e atividades de organização e promoção de feiras, leilões, congressos, convenções, conferências e exposições comerciais e profissionais, incluindo ou não o fornecimento de pessoal para operar a infraestrutura dos lugares onde ocorrem esses eventos.

CLÁUSULA TERCEIRA - A sede da empresa fica localizada à Rua Pirapetinga, nº 697, Bairro Serra, CEP 30220-15, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA QUARTA - A empresa iniciou suas atividades em 05/07/2013 e tem seu prazo de duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA - A empresa possui filial localizada na Rodovia Governador Mário Covas, S/N – KM 163, Bairro Rio Quartel, CEP 29913-300, no município de Linhares, estado do Espírito Santo, regularmente registrada e arquivada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES sob o nº 32900622551, em 04 de outubro de 2019, e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 18.472.754/0002-90.

CLÁUSULA SEXTA - O capital é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), totalmente integralizado neste ato, conforme discriminado a seguir:

- R\$ 9.370.000,00 (nove milhões trezentos e setenta mil reais) em moeda corrente do País;
- Equipamentos no total de R\$ 895.000,00 (oitocentos e noventa e cinco mil reais), a seguir discriminado: 01 (um) implementos compactador de lixo marca Planalto Megalix 15m³ acoplado no veículo VW/17.280 placa QQN-4673 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); 05 (cinco) implementos compactador de lixo marca Usimeca 15m³ acoplado nos veículos VW/17.280



placas QQA-7358, QQA-7352; QQA-2531; QQI-5581 e QQI-5612 no valor unitário de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), perfazendo total de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais); 05 (cinco) implementos compactador de lixo marca Planalto Megalix 15m3 c/Lift acoplado nos veículos VW 17.280 placas QUJ-1509, QUJ-1485; QUK-9405, QUP-5846 e QUX-7770 no valor unitário de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil), perfazendo total de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) e 01(um) implemento compactador de lixo marca Usimeca Beta 15m3 c/lift acoplado ao veículo VW/17.180 placa QUP-5846 no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

- Imóveis no total de R\$ 1.735.000,00 (um milhão, oitocentos e trinta e cinco reais), a seguir discriminado:

Lote 15 da quadra 04, do loteamento Alphaville Jacuhy, com área total de 505,76 m², situado a Rodovia BR 101, distrito de Capira, no município de Serra, no Estado do Espírito Santo, matrícula sob o número 59589, do livro 2, cartório Primeiro Ofício, no valor de R\$ 867.500,00 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais); e

Lote 16 da quadra 04, do loteamento Alphaville Jacuhy, com área total de 505,76 m², situado a Rodovia BR 101, distrito de Capira, no município de Serra, no Estado do Espírito Santo, matrícula sob o número 59590, do livro 2, cartório Primeiro Ofício, no valor de R\$ 867.500,00 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - A administração da empresa caberá ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

Parágrafo único: No limite de suas atribuições e poderes é lícito ao titular constituir, procurador (es), em nome da empresa, especificando nos instrumentos os atos e operações que poderão praticar.

CLÁUSULA OITAVA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

CLÁUSULA NONA - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - O titular declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime



falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro de Belo Horizonte para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato de constituição.

Belo Horizonte/MG, 14 de julho de 2020.

_____Assinado Digitalmente_____

Rafael Álvares Guimaraes

Titular/Administrador



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7928389 em 22/07/2020 da Empresa RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, Nire 31600065842 e protocolo 204241324 - 20/07/2020. Autenticação: 656CB4EE39392435779322F1DA139BE1F0237D41. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/424.132-4 e o código de segurança K3HZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/10



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/424.132-4	MGN2065346968	17/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
065.545.796-80	RAFAEL ALVARES GUIMARAES

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7928389 em 22/07/2020 da Empresa RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, Nire 31600065842 e protocolo 204241324 - 20/07/2020. Autenticação: 656CB4EE39392435779322F1DA139BE1F0237D41. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/424.132-4 e o código de segurança K3HZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/10



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, de NIRE 3160006584-2 e protocolado sob o número 20/424.132-4 em 20/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7928389, em 22/07/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Roberto Ferreira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
065.545.796-80	RAFAEL ALVARES GUIMARAES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
065.545.796-80	RAFAEL ALVARES GUIMARAES

Belo Horizonte, quarta-feira, 22 de julho de 2020



Documento assinado eletronicamente por Roberto Ferreira, Servidor(a) Público(a), em 22/07/2020, às 13:17 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/424.132-4.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7928389 em 22/07/2020 da Empresa RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, Nire 31600065842 e protocolo 204241324 - 20/07/2020. Autenticação: 656CB4EE39392435779322F1DA139BE1F0237D41. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/424.132-4 e o código de segurança K3HZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/10



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quarta-feira, 22 de julho de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7928389 em 22/07/2020 da Empresa RG EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA EIRELI, Nire 31600065842 e protocolo 204241324 - 20/07/2020. Autenticação: 656CB4EE39392435779322F1DA139BE1F0237D41. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/424.132-4 e o código de segurança K3HZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/10